

Superior Tribunal de Justiça

RCD no HABEAS CORPUS Nº 534.193 - SP (2019/0279640-1)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
REQUERENTE : ALEX JUNIO DE SOUZA XAVIER
ADVOGADO : JEAN CARLOS DE LIMA - SP398666
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração apresentado por **Alex Junio de Souza Xavier** contra decisão assim resumida (fl. 64):

HABEAS CORPUS. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DO DECRETO DE PRISÃO PREVENTIVA.
Writ indeferido liminarmente.

Colacionando as peças indicadas no *decisum*, busca a defesa a sua reconsideração para que seja apreciado o *mandamus*.

É o relatório.

Tendo em conta a juntada das peças essenciais à análise da impetração, reconsidero a decisão de fls. 64/65 e promovo uma nova apreciação do *writ*.

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **Alex Junio de Souza Xavier** contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo no HC n. 2179172-04.2019.8.26.0000, que denegou a ordem, mantendo incólume o decreto de prisão.

Narra a impetração que o paciente foi preso em flagrante pela prática dos crimes dos arts. 33, *caput*, e 35 da Lei n. 11.343/2006 por manter em depósito, guardar e transportar, em determinada data, juntamente com os demais acusados, **1.024 gramas de cocaína**; bem como por transportar para fins de tráfico, juntamente com outros acusados, **145,28 gramas de cocaína**; e por estar associado aos demais acusados para a prática do tráfico.

Convertida a prisão em preventiva e recebida a denúncia, foi instaurada a Ação Penal n. 1500557-02.2019.8.26.0630, em curso na 1ª Vara Criminal de Americana/SP.

Superior Tribunal de Justiça

Mantida a segregação cautelar pelo Tribunal de Justiça paulista, vem a defesa, na presente impetração, apontar constrangimento ilegal no decreto de prisão preventiva pela falta de seus requisitos, bem como pela fundamentação na gravidade em abstrato do delito.

Diz que não se cuidando de crime praticado com violência ou grave ameaça e, inclusive, levando-se em conta as condições pessoais do paciente - fatores que certamente serão sopesados pelo magistrado a quo quando da elaboração da sentença - é provável que o paciente, em eventual condenação, cumpra a pena em regime diverso do fechado, revelando-se desnecessária sua custódia cautelar (fl. 8).

É o relatório.

Ab initio, busca-se a concessão de tutela de urgência em favor do paciente a fim de que lhe seja revogada a preventiva, em razão da ausência de fundamentação idônea que justifique a medida mais gravosa.

Na espécie, percebo estar diante de evidente ilegalidade, porquanto o decreto de prisão não indicou nenhum elemento concreto que evidencie a real necessidade da prisão do paciente. Confira-se a decisão do Juiz (fls. 70/71 – grifo nosso):

"Vistos.

Foram presos cinco indivíduos, sob a acusação de tráfico de entorpecente. O quadro fático descrito no auto de flagrante impõe dúvidas com relação às condutas de Umberto, Danilo e Gabriel. O policial Elizar disse ter visto um indivíduo evadindo-se de uma residência e um indivíduo correndo, escondido. O policial Wellington disse ter visto dois indivíduos fugindo em um veículo, arremessando uma sacola pela janela. Os indivíduos são Wellington e Alex e havia drogas na sacola. O policial Douglas disse ter visto dois indivíduos portando uma sacola amarela. Disse que viu a sacola ser jogada e viu que os dois correram. O policial Bruno disse algo sobre uma denúncia anônima a respeito da residência ser ponto de tráfico. Reafirmou a versão já mencionada, sobre dois indivíduos correndo e jogando fora uma sacola. Pelo que se tem os indivíduos, pegos com a droga, em quantidade que faz supor o tráfico, são Wellington e Alex. Não há descrição de estado de flagrância com relação aos outros três, e é certo, não podem integrar o quadro fático de flagrância só porque estavam no imóvel, ainda que um deles possua antecedentes. Pelo que consta várias pessoas residem no imóvel, um deles em uma edícula e a alegação genérica e abstrata sobre ali ser ponto de droga não faz presumir a flagrância de quem não foi encontrado na posse do entorpecente ou na prática de qualquer ato referente a esse comércio ilícito. **Relaxo o flagrante com relação a esses, Umberto, Danilo e Gabriel.** No que se refere a Wellington e Alex, foram pegos, de acordo com o início de prova do auto de flagrante, na posse de entorpecente, em condições que se supõe, razoavelmente, próprias do comércio ilícito. **O crime de tráfico de**

Superior Tribunal de Justiça

entorpecente é extremamente grave. Desnecessário abordar os malefícios causados por condutas dessa natureza. Não se pode ainda deixar de notar que o custodiado WELLINGTON DE ANDRADE GUIMARÃES foi várias vezes conduzido até a Delegacia de Polícia por atos infracionais, atingiu a maioridade e não se emendou, continuando a atentar contra os bens jurídicos tutelados. **Ante o exposto, com fundamento nos artigos 310, II e 312, do Código de Processo Penal, converto a prisão em flagrante de WELLINGTON DE ANDRADE GUIMARÃES e ALEX JUNIO DE SOUZA XAVIER.** Expeçam-se alvarás de soltura com relação a GABRIEL ALVES DE OLIVEIRA, UMBERTO DE JESUS BORGHETI e DANILO CARLOS CAPELATO.

Ao que se observa, a custódia cautelar está fundada na gravidade abstrata do delito de tráfico de drogas. Acrescente-se que a garantia da ordem pública e da aplicação da lei penal também não foram fundamentadas com base em dados concretos, tendo o Juiz singular apenas recorrido acerca da materialidade e autoria do delito.

Por conseguinte, mostra-se recomendável a aplicação de medidas cautelares diversas.

Ante o exposto, reconsiderando a decisão de fls. 64/65, **defiro** a medida liminar para, por ora, substituir a prisão preventiva imposta ao paciente por medidas cautelares a serem fixadas pelo Juízo de origem, sem prejuízo de decretação da prisão preventiva em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força das cautelares ou de superveniência de motivos concretos para tanto.

Comunique-se, com urgência.

Solicitem-se informações ao Juízo da 1ª Vara Criminal de Americana/SP sobre o andamento da Ação n. 1500557-02.2019.8.26.0630, com a remessa da sentença, caso tenha sido proferida.

Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator